

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS URUAÇU
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA NO BRASIL COLONIAL

JÚLIA ÉRICA GONÇALVES LIMA

ORIENTADOR: JOSÉ ATANÁSIO

URUAÇU – GO

2018

JÚLIA ÉRICA GONÇALVES LIMA

A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA NO BRASIL COLONIAL

Monografia apresentada à coordenação em História, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História, sob a orientação do professor José Atanásio Filho.

URUAÇU – GO

2018

JÚLIA ÉRICA GONÇALVES LIMA

A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA NO BRASIL COLONIAL

Monografia defendida e aprovada em _____ de _____ 2018 pela banca
examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. José Atanásio
Orientador

Prof. Dr. Erisvaldo Souza
Membro Interno

Prof. Dr. Diego Marques
Membro Externo

URUAÇU – GO

2018

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à minha amada mãe, uma mulher extraordinária, que me incentivou a continuar meus estudos, quando estava prestes a desistir, pois sempre acreditou no poder transformador do conhecimento na vida de uma pessoa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente pela oportunidade de concluir meus estudos. E a todos os professores que contribuíram para o desenvolvimento racional e pessoal na minha formação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
Capítulo I: A Formação da sociedade brasileira no período colonial	
1.1- A Ocupação Colonial	10
1.2- O Trabalho Escravo Colonial	14
Capítulo II: A História da família no Brasil	
2.1- Origem e Formação da Família no Brasil	19
2.2- A Família Escrava Colonial	21
2.3- A Família dos Senhores de Engenho e dos Escravos	24
Capítulo III: A família escrava no Brasil Colonial	
3.1- Lutas Cotidianas	27
3.2- Liberdade	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de monografia, tem como objetivo principal, realizar uma investigação sobre a família escrava no Brasil colonial, que foi um período importante da história do país. Desde o início da ocupação das terras brasileiras, foi possível perceber a ação dos negros, mas também, de índios que foram os primeiros habitantes desse território e dos portugueses que implementaram um tipo de vida diferente para indígenas e negros africanos que vieram trabalhar como escravos nas lavouras de cana-de-açúcar.

Esta proposta de monografia visa resgatar a história dessas populações negras, pois estes foram importante nesse período que iremos analisar, principalmente pelas suas lutas e resistências ao longo da história do Brasil e por muitas vezes, este grupo social ficar “esquecido” de uma história ou uma historiografia oficial.

Como foi citado anteriormente a proposta desta monografia é pesquisar sobre a História da família escrava no Brasil colonial, mas também, temos outros objetivos mais específicos, que é compreender historicamente sua origem e formação; suas especificidades como família e suas lutas no cotidiano do Brasil Colonial.

Estas famílias tiveram diversos problemas sociais historicamente, primeiramente por serem obrigados a vir para o Brasil, pois normalmente eram sequestradas em seu país de origem na África, e a partir daí passavam a trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar aqui no Brasil e em outras regiões da América Latina onde existia o trabalho escravo.

Essas famílias tinham além de diversos problemas, sofriam abusos das mais variadas formas, pois se encontravam em uma posição de escravos, onde neste modelo de organização, não tinham direitos, nem eram considerados cidadãos, pois a cidadania no Brasil ainda estava longe de acontecer.

Tiveram que historicamente lutar para defender seus direitos por uma liberdade, que demorou, mas veio, apesar das limitações da vida em sociedade para os negros libertos no final do século XIX. Pois foi com muita luta, que estes conseguiram mesmo que de forma limitada sua liberdade diante dos seus senhores.

Ainda assim, ao longo de sua história tiveram inúmeros problemas desde sua chegada até a sua libertação, no sentido de deixar de ser escravos, mas os problemas permanecem, pois, essas famílias sofreram historicamente as mais variadas formas de violência, tanto nos espaços das lavouras onde trabalhavam, mas também nos espaços domésticos, nas casas dos senhores de engenho. Todos os espaços da sociedade colonial eram carregados de ações violentas por

parte dos senhores de engenhos e seus “capangas”, que não respeitavam a origem cultural dos negros africanos.

Em relação ao problema de pesquisa deste trabalho, podemos levantar: Por que as famílias escravas no Brasil Colonial tiveram suas vidas marcadas pela violência por parte dos senhores de engenhos que limitavam sua organização como uma família desse período? Deste problema podemos perceber que estas famílias tinham a necessidade de se organizar e ir além do trabalho cativo, esta é a hipótese que levantamos, com ela podemos perceber que os escravos em geral, não eram passivos e aceitavam com normalidade o trabalho escravo.

Os escravos se rebelavam antes mesmo de ser escravo em seu país de origem, quando eram sequestrados para vir para o Brasil de forma forçada para trabalhar como escravos nas lavouras de cana-de-açúcar. Essas revoltas continuavam aqui no Brasil, pois eles não aceitavam esse tipo de condição e ao mesmo tempo se associavam com outros escravos para conseguir se livrar desse tipo de trabalho.

Esta monografia busca realizar uma pesquisa baseada em artigos e obras sobre o tema, mas principalmente se justifica pela busca de uma contribuição para a historiografia sobre o Brasil Colonial e conseqüentemente sobre os escravos no período colonial. Buscaremos a partir de uma teoria sobre esse tema, revelar aspectos da organização histórica da sociedade colonial, mas principalmente da família escrava nesse período.

Esta monografia será dividida da seguinte forma: na primeira parte analisa-se a formação da sociedade colonial brasileira, a partir de seus elementos históricos e sociais, com objetivo de mostrar um pouco da historicidade e da ação dos portugueses na sua relação com os negros africanos, mas também com os indígenas, por isso busca-se compreender a ocupação da colônia pelos portugueses e o trabalho escravo colonial.

Na segunda parte, compreende-se uma história da família no Brasil para que possamos compreender e analisar a formação da família escrava nesse período, pois pouco se falou ou se fala desse tipo de organização familiar, onde a atenção é dada somente aos senhores de engenhos e demais grupos historicamente privilegiados. Está claro que a historiografia tradicional, vai negar a história desses grupos sociais (negros), pois acabam ficando as margens da história oficial.

Na terceira parte analisa-se a parte específica do objeto pesquisado, que é a família escrava no Brasil colonial, sua organização, seus aspectos históricos e sua vida difícil no cotidiano de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, pois podemos perceber que suas vidas não foram nada fáceis para poder atingir depois de séculos sua liberdade, mas não foi uma

liberdade total, pois seus problemas sociais continuavam, mesmo após a abolição do trabalho escravo no país.

Assim, este trabalho de monografia tem uma proposta diferente, que é narrar, descrever e analisar a história da família escrava no Brasil colonial, buscando contribuir com informações sobre esse grupo social que foi bastante importante na história do Brasil colonial.

CAP. I

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL

1.1-A Ocupação Colonial

A ocupação do território brasileiro ocorreu a partir da chegada dos Europeus nas terras brasileiras, neste caso, os portugueses que vieram sob as ordens do rei de Portugal. Essa ocupação ocorreu no início do século XVI, período marcado por intensas mudanças na sociedade europeia e novas necessidades econômicas. A Europa passava por mudanças na sua forma de organização, como é o caso do Estado, que a partir de agora passa a exercer uma forte centralização por parte do rei, pois antes havia uma fragmentação do poder político.

Esse período fica conhecido como sendo o período das grandes navegações, onde Portugal e Espanha se lançam mar adentro em busca de novas terras e territórios. Houve por parte da coroa portuguesa e espanhola uma forte organização para que suas expedições conseguissem atingir seus objetivos, que era ocupar novas terras e territórios. Assim colocam em prática uma grande jornada para atingir seus objetivos.

Desenvolveram uma forte indústria naval com esse fim, apesar desses países já ter antes mesmo de se lançar ao mar, já conseguiam desenvolver técnicas de navegação e equipamentos para este fim. Foi desta forma que tanto portugueses e espanhóis começam a navegar em busca dessas novas terras.

Esses povos ocuparam terras em vários continentes, principalmente Portugal, que se fixou em vários novos territórios, tanto da África, América e Ásia e a partir passou a ampliar suas conquistas e implementar sua forma de organização, normalmente impondo um modo de vida diferente aos dominados. Foi assim inicialmente com os indígenas e logo depois com os negros africanos que vieram para o Brasil trabalhar como escravos.

A sociedade brasileira tem origem a partir da ação dos portugueses a partir do seu contato com os indígenas e posteriormente com os negros africanos, sendo a base formadora desta sociedade. Historicamente essa sociedade vai se desenvolvendo a partir da ação e da luta desses povos, que ao mesmo tempo tem interesses diferentes na ocupação e formação desse território.

Podemos observar os interesses em jogo, a partir da luta desses grupos, pois os portugueses tinham fortes interesses econômicos aqui nesse novo território ocupado e irão cada vez mais demonstrando isso, ao tentar escravizar os indígenas e posteriormente os negros africanos. Esses interesses fazem com que esses grupos entrem em conflitos e posteriormente

fortes guerras que acabam dizimando grande parte dessa população durante todo o período colonial.

Feito essas reflexões iniciais, podemos citar alguns autores que trabalham esse período e tratam de questões importantes para uma análise sobre essa historiografia, assim, buscamos uma fundamentação para nossa monografia. Caio Prado Júnior em sua obra *História Econômica do Brasil* (2004) fala das primeiras atividades no Brasil colonial.

As primeiras impressões sobre o novo território “descoberto”, não foi boa, pois uma carta descreve da seguinte forma:

As perspectivas não eram brilhantes. O famoso Américo Vespúcio, que viajou como piloto alternadamente com espanhóis e portugueses, e que nos deu com suas cartas a primeira descrição do novo mundo, escreverá a respeito. “Pode-se dizer que não encontramos nada de proveito”. E devia ser assim para aqueles navegantes-mercadores que se tinham lançado em arriscadas empresas marítimas unicamente na esperança de trazerem para o comércio europeu as preciosas mercadorias (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 24)

Está presente nesta passagem da obra de Caio Prado Júnior, uma pequena mostra dos interesses dos europeus (portugueses) que estavam em expedição pelo Brasil, pois seus interesses econômicos logo ficam visíveis. Foi com esse objetivo que passaram a ocupar o território brasileiro, mas também encontraram aqui outras fontes de rendimentos para abastecer sua metrópole, como foi o caso do pau Brasil e outras formas de extrativismo natural e mineral.

O termo empresa empregado por Prado Júnior, demonstra muito bem que o objetivo era fortalecer as empresas coloniais que estavam se instalando nesses novos territórios. Como a economia de Portugal estava passando por mudanças, era necessário que sua economia se ampliasse e esses novos produtos extraídos das colônias portuguesas, irão servir justamente para esse fim.

O extrativismo vegetal, foi uma das primeiras atividades desenvolvidas pelos portugueses aqui no Brasil, ou seja, na nova terra. “Os primeiros contatos com o território que hoje constitui o Brasil, devem-se aquela madeira que se perpetuaria no nome do país” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 25). Para o autor está claro que esta atividade foi fundamental para a ampliação posterior de suas atividades aqui no Brasil. Pois segundo ele, são os portugueses que antes de quaisquer outros ocupar-se-ão do assunto. Ou seja, esse era um de seus interesses e que irão colocar em prática logo no início da ocupação.

Essas atividades irão se intensificar, pois tanto os portugueses como outros europeus tinham interesses, neste caso, os franceses também estiveram presentes nesse contexto. Caio Prado Júnior narra uma dessas atividades entre os franceses e portugueses.

Mas, com ou sem direitos, o certo é que até quase meados do século XVI, encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente na costa brasileira com o pau-brasil. Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira. Não se criaram estabelecimentos fixos e definitivos (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 25).

É nesse contexto do século XVI que se inicia o processo de ocupação e exploração das terras brasileiras, primeiro com o extrativismo do pau-brasil, pois foi uma das fontes de renda encontradas por portugueses e franceses, mas posteriormente vai prevalecer os interesses dos portugueses que irão se consolidar como colonizadores dessa nova terra. A forma de extrativismo, era extremamente predatória como bem afirma o autor acima, onde normalmente destruía a natureza de forma agressiva.

Outro fator destacado pelo autor é o desinteresse por essa região, logo de início eles não fixam residência aqui na nova terra, pois não criam estabelecimentos fixos ou definitivos. Mas historicamente esses interesses vão sendo alterados, pois eles acabam encontrando outras formas de riqueza e conseqüentemente acabam ampliando suas formas de extração, agora de metais e pedras preciosas.

Como foi falado em outro momento, os indígenas inicialmente cumpriram um papel importante na ocupação da sociedade brasileira, principalmente porque passaram a atender aos interesses dos portugueses. Segundo Prado Júnior (2004) é graça aliás à presença relativamente numerosa de tribos nativas no litoral brasileiro que foi possível dar à indústria um desenvolvimento apreciável. Assim, os portugueses vão cada vez mais ampliando sua empreitada de ocupar e colonizar o Brasil.

Para Prado Júnior (2004) não foi difícil obter que os indígenas trabalhassem; miçangas, tecidos e peças de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos os enchiam de satisfação; e em troca desta quinquilharia, de valor ínfimo para os traficantes, empregavam-se arduamente em servi-los.

Nesta relação entre os portugueses e os indígenas que inicialmente foi sendo ampliada as formas da relação de um grupo com o outro, pois os portugueses tinham interesses claros aqui dentro das novas terras. Começa com simples trabalhos, mas posteriormente tudo isso vai mudar, até chegar a forma mais agressiva de trabalho escravo.

Inicialmente os indígenas irão servir muito facilmente os portugueses, pois o contato inicial é amigável, mas isso vai mudando de acordo com os interesses em jogo. A vontade dos portugueses por riqueza, vai ficando cada vez mais evidente e os indígenas percebem mais

claramente o interesse em explorá-los, aí começam os conflitos mais sangrentos da história do Brasil

Os indígenas são muitos fortes e guerreiros e irão defender suas terras e interesses com muita força e uma organização para a guerra, mas os portugueses tinham mais recursos para a guerra e irão subjugar as populações indígenas na nova terra.

Mas, segundo Prado Júnior (2004), foi rápida a decadência de exploração do pau-brasil. Em alguns decênios esgotaram-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse. Muito rapidamente os portugueses encontram outras fontes de riquezas, agora era a extração de metais e pedras preciosas que eles irão explorar.

Por volta de 1530-1640 é que começa a ocupação e exploração efetiva do território brasileiro, pois cada vez mais os exploradores vão percebendo e descobrindo novas formas de riqueza que poderiam contribuir com a metrópole portuguesa. A agricultura também vai ser uma das bases para o início da ocupação desse território, principalmente pelo uso de trabalho escravos.

O principal produto a ser cultivado no Brasil colonial, foi a cana-de-açúcar e seus derivados. Assim, “a perspectiva principal do negócio está a cultura de cana-de-açúcar. Tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 32). Os interesses dos portugueses só aumentavam, pois a cada instante descobriam novas fontes de riqueza, mas mesmo assim, não tinham interesses em fixar um povoamento nessas novas terras.

Por outro lado, para Prado Júnior (2004) já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que, como vimos, eram relativamente numerosos e pacíficos no litoral. Essas são as condições que favoreceram um tipo específico de exploração dessas terras, pois as condições naturais, o clima em si, ajudava bastante para que os portugueses cumprissem esse objetivo.

Nesse início da exploração, os indígenas de alguma forma vieram auxiliar os portugueses em suas empreitadas, pois não viam neles uma fonte de poder e dominação. O próprio Prado Júnior narra essas questões de forma a pontuar que o indígena inicialmente era um grupo que não demonstrava perigo para os portugueses, nem o indígena era uma ameaça para o europeu.

Foi assim, que os portugueses foram implementando suas práticas colonizadoras, começam com os primeiros contatos com os indígenas, avançando para a prática do extrativismo vegetal e mineral, para depois começar o cultivo da cana-de-açúcar nas grandes propriedades rurais do Brasil. Segundo Prado Júnior (2004) a cultura da cana somente se

prestava, economicamente, a grandes plantações. Eram os chamados latifúndios, onde ocorriam as plantações da cana e a fabricação de outros produtos derivados.

Então, “são sobretudo estas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 33). Essas grandes propriedades, passaram a ser o modelo de organização para a plantação da cana-de-açúcar, principalmente no Nordeste brasileiro, tendo por base o trabalho escravo dos negros africanos. Por isso, a partir de agora iremos tratar um pouco de como começa a plantação da cana-de-açúcar e a utilização dos trabalhadores escravos nessas lavouras.

1.2-O Trabalho Escravo no Brasil Colonial

Como foi informado no ponto anterior, o trabalho escravo foi uma das bases da agricultura colonial, pois grande parte das atividades trabalhistas, eram desenvolvidas por escravos oriundos de diversas regiões da África. Inicialmente o trabalho foi desenvolvido pelos indígenas, mas estes não se adaptaram e fizeram uma forte resistência em relação a essa imposição do colonizador.

Gilberto Freyre em sua obra *Casa grande e Senzala*, (1987) analisa a sociedade brasileira patriarcal a partir de uma visão em que o trabalho escravo foi um de seus fundamentos. Segundo ele, a base é a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor.

Segundo Freyre (1987) formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde o negro – composição. Assim, vai ocorrendo uma ampliação cada vez mais forte das práticas dos colonizadores em relação à nova colônia. Era um tipo de sociedade bem particular, que teve no trabalho escravo um dos seus fundamentos. Sua estrutura escravocrata permitiu a ampla exploração dos trabalhadores escravos durante séculos, algo ruim para o desenvolvimento da colônia, que além do trabalho escravo, tinha que ver toda sua riqueza ser levada embora para a Europa para fortalecer a economia da metrópole.

Mas os escravos ao longo de suas vidas aqui na colônia, passaram a resistir e reivindicar sua liberdade, mas este fato só vai ocorrer séculos depois, mais a frente iremos mostrar com mais clareza esses fatos, pois tratam-se de elementos importantes na vida tanto de escravos como da sociedade brasileira.

Quando aos portugueses, estes estavam dispostos a essa nova empreitada, pois muitos desses não tinham oportunidade em seu país de origem, assim, vir para o Brasil e ser um

proprietário de terras, era muito importante para estes, pois foi assim, que muitos vieram para o Brasil, em busca de uma oportunidade para obter riquezas e voltar para seu país de alguma forma com melhores condições de vida, mesmo que o interesse maior era da coroa que administrava as riquezas extraídas desses novos territórios.

Para Freyre (1987) a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Esses elementos são importantes para o início da colonização no Brasil, pois os portugueses já tinham uma pré-disposição para esse fim, assim, vai facilitar essa ocupação e conseqüentemente a implementação de seu modo de vida de forma mais ampla e dominadora.

Freyre (1987) ainda afirma que de qualquer modo o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidade de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses.

O que o autor está afirmando, é que a empreitada colonizadora dos portugueses deu certo aqui no Brasil, diferentemente de outras terras ocupadas por outros povos europeus que não deram certo, ou que demorou mais tempo para que estes pudessem impor o seu modo de vida de acordo com seus interesses culturais e econômicos.

Em outro momento, o autor vai fazer mais algumas afirmações sobre a colonização no Brasil e o trabalho escravo.

O colonizador português do Brasil foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los (FREYRE, 1987, p. 17).

É possível perceber nesta citação de Freyre um pouco da dinâmica que foi todo o processo de ocupação e colonização do Brasil, principalmente pelas formas que eles implementam seus negócios e também os meios de extrair a riqueza. Estes passam também além de extrair o que já existiam, criam condições para plantar e colher na terra em que estavam ocupando, tudo isso, de alguma forma vai dinamizando o processo de colonização, algo que era muito bom para a metrópole portuguesa.

Essas atividades de plantação e colheita na agricultura, foi possível graças ao trabalho dos escravos, que eram trabalhadores que não recebiam um salário e eram obrigados a trabalhar de graça e sob forte pressão para seu senhor de engenho. Como está claro na citação acima, o português não tinha como objetivos formar valores e sim explorar a terra, os indígenas e principalmente o negro africano que veio trabalhar como escravos nessas lavouras, dando lucros para seus senhores.

Foi com a implementação do trabalho escravo, que cada vez mais a colonização portuguesa foi se ampliando e enriquecendo os portugueses, principalmente a coroa desse país, que durante séculos foi beneficiada pelas riquezas extraídas aqui na nova terra, mas também pelo trabalho de escravos.

Segundo Freyre (1987) a sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros. Isto demonstra um tipo ou um modelo de organização dos senhores de engenhos que eram os proprietários de terras, donos dos engenhos e principalmente donos de escravos, que trabalhavam dia e noite em suas terras e lavouras.

Assim, foi se formando uma sociedade escravocrata, onde o escravo era meramente um produto vendido em feiras e mercados abertos. Para Freyre (1987) a igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro.

A cultura do açúcar tendo por base o trabalho dos escravos, mas também nessas outras atividades, como nas minas e na plantação do café e de muitos outros produtos que eram plantados na agricultura brasileira desse período. O braço escravo era o braço forte na plantação e colheita de todos esses produtos no interior da colônia brasileira.

Em relação aos escravos, Freyre (1987) ainda expõe que o escravo de origem africana – que conservado em bloco pelo Nordeste – até então a região mais escravocrata, por ser a terra por excelência da cana-de-açúcar – teria resultado em profunda diferença regional de cultura humana. Neste contexto, havia trabalhadores escravos em todo o Nordeste, mas para o autor havia uma concentração maior nesta região, mas há variações na quantidade de escravos em cada região, mas o trabalho quase sempre era desenvolvido nas lavouras canavieiras do Nordeste.

Em relação a exploração dos escravos, Gilberto Freyre faz uma descrição da seguinte forma: “Dizemos aqui, como escravo, porque bem ou mal os senhores de engenho tiveram no Brasil o seu arremedo de taylorismo, procurando obter do escravo negro, comprado caro, o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo de rendimentos” (FREYRE, 1987, p. 44). Esta era uma das relações que os senhores de escravos estabeleciam com seus escravos, mas a ideia central dos senhores de engenho ao comprar um escravo muito caro, era obter também lucro com o trabalho deste escravo.

Para Freyre (1987) a eficiência estava no interesse do senhor em conservar no negro – seu capital, sua máquina de trabalho, alguma coisa de si mesmo. Mesmo que estes sofriam torturas o senhor de engenho queria sempre que estes trabalhassem em suas lavouras para poder colher produtos e enviar para a metrópole.

Outros autores irão estudar os escravos e o trabalho escravo no Brasil nesse período, podemos destacar dois que são Maestri (1994) e Mattoso (1990), que trazem uma interessante compreensão sobre os negros africanos no Brasil, principalmente pela sua luta e tentativas de libertação.

Segundo Mattoso (1990) de fato fez-se no Brasil uma escravidão que deve, em primeiro lugar, contribuir para o desenvolvimento de um tipo de produção agrícola, de metais nobres e pedras preciosas e, nos centros urbanos, de uma produção artesanal e de serviços sociais. Relações de exploração bem mais próximas de certas modalidades de escravidão antiga que da servidão patriarcal africana.

Isto demonstra que a escravidão no Brasil colonial, não ocorreu somente nas zonas rurais, mas também nos centros urbanos, mesmo porque as ocupações ocorriam tanto no campo como em pequenas vilas que depois irão se tornar cidades. Mas sua base era o trabalho dos negros africanos. E não foi um modelo único, pois foi sendo dinamizado ao longo da história e da ocupação brasileira.

A autora Mattoso (1990) fala que a relação entre o escravo e a sociedade, tomada em seu conjunto, se define sempre pela referência, implícita ou explícita, a seu dono e senhor. É o senhor quem estabelece normas e regras dessa relação. Aqui mais uma vez podemos observar como ocorre a relação entre o senhor dono de escravos com os escravos, uma posição de mando e superior em relação ao escravo que é sempre inferiorizado nessa relação.

A autora ainda descreve mais alguns fatos importantes sobre essa relação entre o senhor dono de escravos com o escravo.

Em primeiro lugar, é possível posicionar-se do ponto de vista do direito que rege as relações sociais no sistema escravista: o escravo é “inferior” ao seu

dono, é uma “coisa” privada de personalidade jurídica e não pode dispor de si mesmo. Nesta perspectiva, é difícil admitir que o cativo tornado escravo possa adquirir uma personalidade, mesmo se está inserido na sociedade e ocupa nela, aparentemente, seu lugar na esfera dessas relações de dominação senhor-escravo (MATTOSO, 1990, p. 102).

Nesse período está muito claro a posição do senhor e do escravo, trata-se de uma relação desigual, onde o senhor dono de escravo vai se colocar em uma posição dominante, como a própria autora coloca. Este escravo não tem liberdade ou autonomia para gerir sua vida, nem tampouco podia agir com sua própria vontade.

Assim, poderíamos fechar essa parte da nossa monografia, fazendo alguns questionamentos sobre os escravos e sua possível forma de organização familiar. Seria possível nessas condições esses escravos formar uma família? Quais eram as condições para eles atingirem esse fim?

São algumas dessas questões que vamos estudar nos próximos capítulos da nossa monografia, pois o tema se torna cada vez mais instigante para ser estudado, por isso compreender a família escrava no Brasil é fugir um pouco dos preconceitos que foram formados ao longo da história do Brasil.

CAP. II

A HISTÓRIA DA FAMÍLIA NO BRASIL

2.1-Origem e Formação da Família no Brasil

Neste segundo capítulo temos como proposta, fazer um histórico da família no Brasil, para posteriormente estudar de forma mais direcionada a família escrava e suas diversas implicações, pois sabemos que a história dos negros africanos e suas famílias são carregadas de problemas e conflitos.

Estes vieram para o Brasil normalmente para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar na condição de escravos, pois esses negros eram sequestrados lá em seu país de origem e aqui eram obrigados a trabalhar em serviços forçada e sem nenhuma remuneração.

A família que se formou no Brasil teve uma forte referência durante o período colonial, foi a família patriarcal, formado pelos senhores de engenho que dominavam a partir de sua posição dominadora sua mulher, filhos e os escravos que integravam o espaço doméstico. Esse senhor era um ser que iria servir a família e dar sustento para a mesma.

Foi dessa forma que a família no Brasil foi sendo constituída, pois esses senhores agiam de forma autoritária e tudo só era feito a partir do que ele achava certo, inclusive sua mulher tinha que aceitar até mesmo traições no seu espaço doméstico. A mulher neste período exercia funções domésticas e servia para atender aos caprichos do senhor de engenho.

Esse era um senhor poderoso, era detentor de grandes propriedades rurais, tinha poder econômico e domínio sobre centenas de escravos e toda a economia colonial girava em torno de seus interesses.

Essas famílias foram sendo formadas a partir do encontro entre os indígenas, os brancos europeus e logo depois os negros africanos que vieram para o Brasil trabalhar como escravos. Mas havia distinções entre essas famílias. Normalmente o senhor de engenho tinha origem portuguesa e estabelecia seu poder no interior do engenho.

As relações humanas giravam em torno desse senhor, que era muitas vezes violento em relação aos negros e índios. Essas relações irão se formando e ocorre uma miscigenação entre os diversos povos que chegaram até aqui. Entre eles, os negros, índios e os brancos europeus, inicialmente os portugueses e depois ingleses, franceses, espanhóis e ingleses.

Normalmente as famílias indígenas, eram organizadas em suas tribos, que tinha um formato de organização bem diferente do que era a família portuguesa que vai se constituir no Brasil. Os índios estavam em tribos e a partir daí estabeleciam um modo de vida bem diferente dos demais.

Essas tribos eram a base para a população indígena viver de forma coletiva, pois uma tribo é uma grande família, apesar de internamente as famílias viverem de uma forma coletiva. As famílias indígenas existiam, mas não como eram as outras, tinham seu próprio meio de vida e um contato direto com a natureza sem a destruição do meio ambiente onde viviam.

As famílias de escravos, eram normalmente uma família desorganizada por conta de suas condições sociais e morais, pois viviam em um ambiente de extrema dificuldade para viver. Viviam no espaço das fazendas e do engenho, onde trabalhavam muito arduamente em um tipo de trabalho forçado e sem remuneração.

Esses eram controlados e vigiados durante todo o dia, e qualquer tentativa de fuga eram presos e torturados de forma muito violenta. Pelas suas condições sociais e a posição de escravo, dificilmente conseguiam formar suas famílias da forma que era preciso ou necessário para que esses pudessem ter uma vida digna.

Desta maneira, a família no Brasil foi se constituindo a partir do contato entre os povos que deram origem a sociedade brasileira, pois essa formação vai ser a base para que essa mesma sociedade possa de qualquer modo se desenvolver.

Estiveram na formação dessas famílias os valores dos portugueses, sua cultura e religião e no contato com as populações que aqui habitavam, foi formando e modificando a mentalidade tanto do nativo como do próprio português colonizador, que tinha aqui outros objetivos do que de fato formar uma família, mas obter riquezas e poder, isso estava muito claro nas ações e práticas dos portugueses colonizadores.

A família indígena já se encontrava estabelecida no território e vai sofrer fortes pressões para alterar sua cultura, suas tradições e seus valores, pois o contato com o colonizador vai ser muito violento, fazendo com que as populações indígenas e suas famílias fossem escravizadas pelo colonizador. Tudo isso, vai ser gerador de conflitos sangrentos entre os europeus colonizadores e as populações nativas que viviam nesse território.

Na parte seguinte, vamos estudar de forma mais específica cada uma delas para entendermos melhor a formação dessas famílias durante o período colonial, pois é um momento em que essas famílias estavam se formando e historicamente, vai definir o modelo de família que temos hoje, por isso ser importante estudar um pouco de história, na sua relação com o passado e o presente, para que possamos analisar os elementos que formaram e que formam certas sociedades, como é o caso do Brasil.

2.2-A Família Escrava Colonial

Mesmo com a família do senhor do engenho sendo a mais importante e a mais dominante no período colonial, a família escrava vai ter um papel importante na construção da colônia. Por isso, não vou exaltar a família dos senhores de engenho, mas sim, mostrar a força e o vigor das famílias escravas nesse período, pois tudo que foi feito no Brasil, foi fruto do seu suor e do seu trabalho.

Esses negros, segundo Maestri (1994) ao contrário do que ocorria inicialmente, esses cativos africanos não eram capturados diretamente pelos lusitanos. Eram simplesmente comprados às comunidades da costa. A maior parte desses cativos, aprisionados nos primeiros tempos do tráfico europeu, foram trazidos dos primeiros 80 quilômetros do litoral africano.

Foi dessa forma que os negros africanos vieram parar no Brasil, primeiramente comprados como uma mercadoria no mercado e depois como pessoas que eram sequestradas e levadas para outras regiões e iriam trabalhar como escravos. Fica evidente a dificuldade para esses negros africanos que agora são escravos na colônia brasileira, formar uma família e conseguir uma vida digna.

As fontes historiográficas, são importantes para a reconstrução do passado histórico dessas famílias. No caso da nossa pesquisa, realizaremos uma investigação no terceiro capítulo sobre uma fonte historiográfica sobre essa temática. Assim, segundo Samara (1989) o debate em torno do assunto é candente e os pesquisadores, sobretudo os demógrafos historiadores, tem procurado resgatar nos documentos manuscritos e impressos, informações sobre a família negra e as suas possibilidades de existência de estabilidade no sistema escravista aqui implantado.

É difícil falar em estabilidade para uma família negra no período do Brasil colonial, pois a vida de escravo era muito difícil, sendo assim, quase que impossível que uma família de escravos tivesse uma estabilidade para criar seus filhos e todos pudessem ter uma vida digna como as outras famílias nesse período.

Suas vidas em termos de organização familiar, vai ser um grande problemas para eles poderem enfrentar, pois a própria condição de escravo, já os colocava em uma posição de extrema fragilidade, eram açoitados, violentados e não tinham liberdade para nada, ainda tinha que trabalhar de graças e sofrer os mais violentos castigos por parte de seu senhor. As resistências criadas pelos escravos irão ser muito fortes e esses irão lutar pela sua liberdade, mas isso irá durar séculos.

Após esse período as famílias escravas passam a ter um pouco mais de liberdade para se organizarem, mas falta ainda investimentos por parte do governo brasileiro para inserção do negro nessa nova sociedade. Assim, Samara (1989) aponta que nessa maneira "nova" de olhar

a sociedade escravista brasileira, são reexaminados os argumentos presentes na historiografia até meados dos anos 70 sobre a devassidão que reinava nas senzalas e a ação destruidora do regime escravista sobre a organização familiar. A família escrava antes vista como atípica, exceção à regra, emerge dos dados estatísticos extraídos dos documentos históricos, mostrando que casamentos e uniões estáveis de cativos podiam ocorrer, apesar da violência a que estavam submetidos nesse sistema.

Era um modelo de sociedade patriarcal dominada pelos senhores de engenho, que sempre colocavam os negros em uma posição inferior, pois até mesmo para a sua organização familiar, eram limitados, por isso muitas vezes suas famílias nem sequer eram formadas. A vida na senzala tinha um forte controle por parte do senhor de engenhos e seus serviçais que exerciam uma forte pressão para que os escravos continuassem trabalhando sem preocupações para o senhor de engenho.

Sua vida tinha por base um trabalho desumano e que esses escravos não tinham condições para poder se organizarem com suas famílias. Como nos mostra a autora acima, até existiam casamentos ou união estável entre os negros, mas era predominante nesse modelo de sociedade, a família patriarcal.

Um dos fatores também que dificultava a união entre as famílias, principalmente aquelas de baixa renda, era o valor cobrado para fixar uma união. Segundo Samara (1989), uma análise de conjunto da sociedade colonial também revela as dificuldades que a população livre e pobre enfrentava para realizar casamentos legítimos. O alto custo das despesas e a morosidade do processo, teriam reflexos diretos sobre o índice de nupcialidade, aumentando a incidência de concubinatos.

Para casar, os interessados tinham que pagar, pois era quantias muito altas e muitas vezes não tinham condições para poder arcar com essas despesas, mas também pela e a morosidade do processo dificultavam ainda mais esses casamentos. Essa morosidade pode ser chamada de burocracia, que vai se desenvolvendo no interior da colônia brasileira e colocando limitações na vida das famílias escravas e outras livres e que também são pobres.

Segundo Gorender (1978) de acordo com o princípio do *partus sequitur ventrem*, o filho de mãe escrava devia ser escravo por toda a vida, herdava o status da genitora e pertencia ao senhor dela. Em consequência, além da captura, o nascimento constitui uma das fontes normais e estabelecidas da escravidão. Podemos concluir que essa prática era mais uma para dificultar a formação da família escrava no Brasil colonial, ficando assim, os escravos limitados para formar suas famílias.

Gorender (1978) coloca que os filhos dos escravos deviam constituir fruto da propriedade, à maneira das crias dos animais irracionais. No Brasil, era aliás usual chamar os filhos de escravos de crias, expressão transferida à linguagem jurídica, como se vê pela lei de 26 de abril de 1864 e seu regulamento de abril do ano seguinte.

Esse era mais um absurdo cometido pela nossa legislação com os negros africanos, que além de escravos, eram submetidos aos piores tratamentos sociais, mesmo porque já eram forçados ao trabalho e a violência física e moral de toda espécie. Era preciso mudar essa realidade, mas que vai demorar ainda alguns longos séculos para que esta realidade comece a ser transformada.

Dessas formas de tratamento que eram dadas pela sociedade brasileira ao negro africano como escravo ou não, esses eram proibidos de quase tudo como direito social no interior dessa sociedade. Samara (1989) afirma que a igreja defendia o direito do escravo de casar e usufruir de uma vida conjugal normal, como se não estivesse em cativeiro, mas deixava claro que o casamento não significava a alforria. Aconselhava os proprietários a casar os seus escravos e evitar nas partilhas a separação das famílias constituídas.

Era uma confusão só, como a igreja era a favor do casamento, mas não da liberdade do escravo cativo. Na verdade, era uma situação e condição difícil para esses escravos, pois esses não sabiam ao certo o que de fato poderiam ter de direito. Sabemos que sua vida nesse sentido era muito limitada. Como um escravo iria casar e continuar cativo? Das vezes que conseguiam se casar, continuavam com a mesma vida na senzala, apenas ampliava a quantidade de trabalhadores trabalhando para o senhor de engenho, mulher, filhos e demais integrantes da família.

Podemos dizer que o escravo ao longo da sociedade colonial, teve dificuldades, não só como trabalhador, mas também como um cidadão que buscava alguns direitos que os outros tinham e assim, esses escravos estavam diante de uma situação social muito complexa e que esses não conseguiam resolver problemas simples como era um casamento nesse contexto.

Segundo Samara (1989) essa situação dos escravos negros nas fazendas do Brasil, dependia sempre do caráter pessoal ou dos caprichos dos senhores e quanto aos casamentos diz que eram facilitados como uma maneira "de prendê-los à fazenda e a mais forte garantia de sua boa conduta". Entretanto, não se pode negar que haja inúmeras exceções a essa regra e que, muitas vezes, os senhores, pelos seus exemplos, provocam eles próprios a devassidão de costumes dos escravos. Ocorre, ainda, que as relações entre escravos do sexo feminino e do sexo masculino tornam impossível a severa observância da moral ou a perseverança conscienciosa na fidelidade conjugal.

Isto demonstra que a vida dos escravos era controlada pelo senhor de engenho em todos os sentidos, pois o escravo era um produto pertencente a esse senhor, que além do trabalho escravo forçado, tinha que ceder aos caprichos do seu senhor. O casamento e a constituição de uma família também passavam pela mão do senhor do engenho que normalmente iria colocar mais imposições para dividir os negros escravos.

2.3- A Família dos Senhores de Engenho

Esse tipo de família foi a predominante no período colonial, pois esses eram os senhores de engenho e mandavam nos demais membros daquele modelo de organização, que era o engenho de cana-de-açúcar, que era a principal unidade produtora do período colonial.

O objetivo desse ponto deste trabalho agora, é entender a família dos senhores de engenho e como esta foi sendo formada, apesar da relação desta família com as famílias escravas. Na prática não tinha como o senhor de engenho deixar de ter contato com os demais integrantes do engenho de cana-de-açúcar, apesar de ser uma relação de mando.

Esses eram os principais integrantes da sociedade brasileira desse período, eram proprietários de terras e estabeleciam seu poder de mando sobre os escravos e demais integrantes dos engenhos.

Nessa aqui analisado sobre a família no Brasil, é preciso entender algumas questões importantes para sabermos como se deu a formação dessas famílias. São várias famílias, mas o modelo existente e que vai predominar nesse período da história do Brasil colonial, vai ser a família patriarcal chefiada pelo senhor de engenho e que vai se a cópia e modelo para outras famílias. Essa vai ser uma das principais características da família que vai ser constituída no Brasil colonial. Esse modelo de família vai se desenvolver em diversas regiões no Brasil, alguns vão até dizer que é predominante esse tipo de família em todas as regiões do país.

Em relação a família brasileira, podemos notar alguns de seus aspectos importantes na citação que vamos fazer abaixo:

A história das formas de organização familiar no Brasil tem se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal -, um tipo fixo onde os personagens uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais (CORRÊA, 1981, p. 06).

A autora está nos mostrando que a organização da família no Brasil, se contentou somente com um tipo ou modelo de organização familiar, mas é preciso entender melhor a

questão da organização da família no Brasil. A autor mostra que esse modelo de família é a família patriarcal, que segundo ela é um modelo fixo de família.

Nesse modelo de organização familiar, seus integrantes apenas são substituídos por outros integrantes e que tem muitos privilégios, como é o caso aqui no Brasil. Seu poder e seu domínio é muito forte em relação às outras famílias, pois não irão abrir mão de seus privilégios e poderes conquistados.

Segundo Corrêa (1981) esse tipo de família se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção, engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café. Essa formação ocorreu desde o princípio da ocupação do território brasileiro.

No período colonial, a base produtiva era o engenho de cana-de-açúcar e seus derivados, onde as famílias se formavam em torno desse, ali viviam tanto as famílias patriarcais dos senhores de engenho como também as famílias dos escravos que eram bem diferentes.

O Brasil colonial vai se modificando, mas a forma de organização familiar não segue essas mudanças, pois o modelo patriarcal vai continuar, pois o Brasil continua sendo um país agrícola, mesmo que minimamente diversificava suas plantações no campo, como é o caso das lavouras de café e a agropecuária.

Essas famílias vão se constituindo, mas como podemos perceber tem variações, não é algo único, mas o que vai prevalecer como foi afirmado em outro momento é a família patriarcal. Então, é interessante destacar em relação a origem e a formação da família patriarcal brasileira que:

Com algumas variações na utilização dos termos e maior ou menor ênfase num ou noutro aspecto – por exemplo, a questão da originalidade: a família patriarcal brasileira é um produto típico da colonização portuguesa? Em linhas gerais este é o retrato que temos da família brasileira através do tempo. Este é o modelo tradicionalmente usado como parâmetro, é a história da família brasileira, todos os outros modos de organização familiar aparecendo como subsidiários pela ou de tal forma inexpressivos que não merecem atenção (CORRÊA, 1981, p. 06).

Foi nesse período que essa forma de organização familiar foi se constituindo e passou a ser a forma predominante no Brasil colonial. A autora afirma que esse modelo familiar tem origem na forma de colonização portuguesa no Brasil, pois é o que vai se manifestar ao longo da história da sociedade brasileira.

Esse modelo familiar, vai ser usado como parâmetro para analisar outras formas familiares aqui no Brasil. Mesmo sendo o grande modelo de família, não devemos esquecer as

outras formas familiares, como é o caso dos negros e dos indígenas, que também tinham a sua forma de organização, tanto social, como também familiares.

A história a ser contada durante muito tempo no Brasil, é a história dos grandes feitos e dos grandes homens, como foram os casos dos senhores de engenho, mas é preciso dar voz a outros atores sociais, como é o caso dos índios, negros e as mulheres por exemplo.

Mais recentemente a historiografia brasileira, vem demonstrando em seus estudos que é importante resgatar a história dos vencidos, dos pobres e populares da história, pois estes também têm sua história para contar. Narrar a história dos senhores de engenho é muito fácil, mas mostrar algo que está encoberto durante séculos é muito mais complexo.

Por isso é preciso ir muito além da história da família patriarcal dos senhores de engenho que se formou no Brasil e ao mesmo tempo resgatar e narrar a história de negros e índios que são personagens importantes da história do Brasil, pois historicamente cumpriram um papel importante na constituição desta nação.

A partir do que é analisado por Corrêa (1981) a chamada família patriarcal brasileira era o modo cotidiano de viver a organização familiar no Brasil colonial, compartilhado pela maioria da população.

Não só compartilhado, mas geralmente esse modelo de família foi imposto para grande parte da população brasileira, pois ao longo desse período colonial, os interesses e imposições dos colonizadores portugueses foi sendo levado a força para a população, basta vermos os negros que praticamente eram impedidos de formar suas famílias, muitas vezes eram separados de sua família para não ter uma organização familiar. Por isso, é preciso analisar a história para podermos entender as questões de forma mais coerente com a realidade em que viveram, tanto os senhores de engenho, que eram os dominantes, mas também os índios e negros que aqui estiveram durante séculos e trabalhando para construir esse país.

CAP. III

A FAMÍLIA ESCRAVA NO BRASIL COLONIAL

3.1- Os Casamentos

Nesse capítulo analisaremos uma fonte importante para ampliar nossa análise e compreender melhor o nosso objeto. Essa fonte é a obra de Robert Slenes sobre a formação da família escrava no Brasil colonial, intitulada *Na senzala uma flor* (2011). Vamos observar como se deu a organização das famílias escravas e suas lutas cotidianas contra o preconceito e a discriminação racial, que já ficou claro nos capítulos anteriores deste trabalho.

Mas vamos usar também outras fontes que podem ser importantes para a construção desse trabalho, assim, estaremos melhorando nossa análise historiográfica e contribuindo com a história como forma de conhecimento, pois sabemos que uma pesquisa como essa, tem que contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico.

O trabalho escravo era muito duro, pois os negros africanos tinham que trabalhar mais de 12 horas diárias e não tinha liberdade para poder realizar outras atividades que não o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar. Esses eram vigiados cotidianamente até mesmo quando estavam em seu descanso. Nesse sentido, sua luta é cotidiana, pois além de ter que trabalhar, ainda sofria os mais absurdos castigos físicos por parte dos capatazes do senhor de engenho.

Desta forma, os escravos tinham dificuldades para se organizarem, inclusive para formar suas famílias. Mas ao longo da sociedade colonial esses encontram formas de se unirem e de alguma forma formar uma família. Slenes (2011) nos diz que a família escrava ou cativa, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas esperanças e recordações; ou melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram nas plantações.

Estes também conseguiam com muito sacrifício, organizar suas famílias ou até mesmo casar na igreja. Segundo Slenes (2011) casamentos com uma duração de 40 anos certamente eram raros no Brasil do século XIX, dadas as altas de mortalidade da época, especialmente entre os escravos. Essas mortes ocorriam pela forte opressão e violência que esses escravos recebiam em sua local de trabalho, mas também por ser um trabalho cativo, onde os castigos físicos eram constantes. Muitos dos escravos morriam ainda jovem com menos de 40 anos. Assim, ficava difícil para eles constituírem uma família e ao mesmo tempo se organizarem para poder ter uma certa estabilidade familiar.

De forma geral, segundo Slenes (2011) os senhores médios e grandes, não só olhavam com favor, mas também incentivavam o casamento religioso de seus escravos. No período posterior a 1840, senão antes, a grande maioria dos casamentos e batismos dos escravos eram celebrados nas cidades em igrejas e não em propriedades rurais.

Agora, por que os senhores de engenho incentivavam seus escravos a casar? Essa prática tinha um objetivo, fazer com que o escravo formasse uma família e ai ficaria mais fácil para controla-los no interior das fazendas onde ele trabalhava para seu senhor, assim ficava mais fácil estabelecer um controle mais amplo. Agora em vez de buscar fugir sozinho, o escravo tem mulher e as vezes filhos, dificultando assim, sua fuga para fora da fazenda.

Em outro texto, Miranda (2012) nos orienta sobre a questão do casamento entre escravos, pois, pode-se entender que a intenção do senhor de manter o cativo preso à posse, o casamento e a formação de uma família, juntamente com um pedaço de terra para seu próprio cultivo, resultaria numa forma de evitar fugas. Assim, podemos considerar que é um erro transformar a família escrava em condição de manutenção e domínio dos senhores: fazer isso seria negar os pressupostos que até agora tem guiado ambos os lados do debate sobre a família escrava. A família é importante para a transmissão e reinterpretação cultural e da experiência entre as gerações.

Vimos que para os escravos se organizarem, era muito difícil, pois exerciam sobre esses um controle, uma forte repressão e castigos físicos. A estratégia do casamento, era de interesse do senhor de engenho que poderia manter o escravo cativo por mais tempo me sua fazenda. Então, segundo a autora acima, não podemos aceitar que o casamento entre escravos seria meramente uma medida por parte do senhor para mantê-lo cativo.

É preciso ir além, pois a família nesse contexto, também é importante, mesmo sendo uma família de escravos. Mesmo com dificuldades e diversos outros problemas, as famílias escravas também buscavam formar uma identidade, uma cultura e principalmente formar seus filhos dentro de um espaço familiar, mesmo que não seja com as condições adequadas para esse fim.

Miranda (2012) ao tratar do casamento entre os escravos, afirma que para formalizar seu casamento na igreja o escravo precisava do consentimento do senhor, que muitas vezes não o permitia. Mas isso não significava a ausência, no cativo, dos laços entre os cativos e nem a proibição desses laços por parte do senhor. A situação escapava das regras de uma sociedade cristã que criticava as uniões consensuais.

Tanto no Nordeste, como no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, que eram as principais regiões do Brasil, esses casamentos tinham distinções, pois em algumas dessas regiões como

em São Paulo, o casamento entre escravos era permitido, sendo assim, os escravos eram autorizados para irem se casar na cidade.

Os escravos casados, voltavam para a fazenda e continuava seus trabalhos normalmente e tinha uma vontade de continuar com sua família. Slenes (2011) vai nos trazer informações sobre essa questão:

Se os escravos casados nas posses médias e grandes podiam manter esperanças razoáveis de permanecerem juntos durante um tempo considerável, quais eram as perspectivas para as crianças continuarem na companhia dos pais? Mais especificamente, em vista da preocupação de Bastide com os laços patrifiliais, quais eram as possibilidades de os filhos ficarem juntos a uma figura masculina significativa, o pai ou o padrasto, durante seus anos formativos (SLENES, 2011, p. 110).

Dentro desse contexto do casamento entre os escravos, na realidade ficarem juntos, era uma esperança, apesar que já foi possível perceber que grande parte dos senhores de engenho, aceitavam essa permanência, pois o casamento era uma forma do senhor de engenho manter o escravo em sua fazenda. A autora faz alguns questionamentos importantes, pois a vida do escravo era dura e instável, pois ele deveria ter um tempo para cuidar de seus filhos, que normalmente ficavam abandonados durante o dia quando seus pais estavam trabalhando.

Apesar de haver consentimento por parte dos senhores de engenho em relação ao casamento entre escravos, esses não tinham nenhuma garantia para poder ter uma estabilidade. Outro fato interessante, é que os filhos de escravos nascidos nessas fazendas, logo iriam se tornar escravos, pois a família estava aumentando a quantidade de integrantes. Tudo isso, só era bom para o senhor de engenho proprietário da fazenda, que aumentava cada vez mais seus lucros com a entrada de um novo escravo.

Miranda (2012) aponta que, no que se refere ao tratamento dado sobre a formação familiar cativa, podemos direcionar um discurso a instruir os possuidores e os escravos nos bons costumes, ou seja, mostrar que os habitantes do Brasil deveriam seguir as leis divinas, obedecer aos sacramentos da igreja católica e viver como cristãos seguindo as normas da igreja.

Essa máxima, vale tanto para os escravos como para os indígenas, pois esses foram pressionados desde o início da colonização para serem inseridos na doutrina da igreja católica. Podemos observar que mesmo os escravos sendo autorizados a casar, esses eram obrigados a realizar a cerimônia em uma igreja ou paróquia católica. Isto demonstra que seus valores culturais e religiosos não eram minimamente valorizados. Por isso, que esses deveriam lutar por um lugar melhor na sociedade brasileira.

Em relação a imposição do catolicismo tanto para os negros, como para os indígenas, a igreja e os senhores de engenhos estavam alinhados para atingir esse objetivo de doutrinar esses indivíduos para o catolicismo romano. Mas, havia resistência por parte de índios e negros. Essa resistência foram se fortalecendo ao longo do tempo. Não só resistência contra a doutrina da igreja, mas também as práticas dos senhores de engenho e seus capangas em relação aos negros e índios.

As formas de controle sobre esses eram variadas, seja nas relações de trabalho, religiosa, cultural etc. Mas esses foram lutando afim de atingir outras formas de organização para sua vida, mesmo com as imposições morais, sociais e culturais.

Mesmo se tratando de um discurso teológico no qual se percebem os interesses dos sacerdotes católicos na constituição de uma sociedade pautada pelos moldes cristãos, é importante considerar as instruções dirigidas aos proprietários sobre o casamento entre os cativos. Prezando por sua manutenção, evitando a venda e a distância; demonstrando uma forma de evitar as uniões consensuais, não aceitas pela igreja católica, e a necessidade de formalizar as uniões perante um padre, já que sem o consentimento do senhor os cativos não poderiam fazê-lo. Além da formalidade nas uniões, vislumbra-se que, mesmo em cativo, ocorriam entre os escravos inseridos em um discurso que, a rigor, não dava centralidade a essa temática (MIRANDA, 2012, p. 162).

Nesse contexto, senhores de engenho atuavam juntamente com os representantes da igreja para poder impor a religião católica aos negros e índios, pois assim, era mais uma segurança, tanto para a igreja, que aumentava seu número de fiéis, como para os senhores de engenho que tinha mais escravos trabalhando em suas lavouras, pois além de católico, o senhor de engenho autorizava os escravos a se casarem em uma cerimônia católica.

O autor Slenes (2011) afirma que há declarações semelhantes para a primeira metade do século XIX, onde em 1835 que os senhores favorecem o casamento entre os escravos; mesmo assim, a grande diferença numérica entre escravos-homens e escravos-mulheres, não permite neste ponto, uma severidade mais rigorosa, e uma observação estrita e fidelidade conjugal. Essas práticas passam a existir cada vez mais, pois os senhores de engenho passam a autorizar o casamento entre os escravos.

Há razões de sobra para acreditar que o escravo, quando pensava em casar-se, podia ter a esperança de melhorar de vida de várias maneiras. No mínimo, podia pensar numa divisão do trabalho em torno de um espaço e de um fogo próprio, que dessem melhores condições de sobrevivência (SLENES, 2011, p. 192).

Apesar de ser uma sociedade de privilégios, onde normalmente o clero e os senhores de engenhos são os privilegiados nesse sistema escravista, os escravos também lutavam para ter

uma vida melhor. Esses passaram a acreditar que poderiam ter uma vida melhor. A vida do escravo, era dura e não tinha condições de ter uma vida melhor, mas esses buscavam nesse sentido ter uma vida mais tranquila e com condições para se desenvolver humanamente.

3.2- A Busca Pela Autonomia

As famílias escravas ao longo do período colonial passaram por muitos problemas de ordem social, familiar, de valores e demais conflitos ao longo de sua história. Foram ao longo desse período furtadas de sua liberdade e não tiveram oportunidades muitas vezes de formar uma família, mas muitos escravos e escravas conseguiram se casar, como foi mostrado no ponto anterior deste trabalho.

Agora teremos como ideia, discutir um pouco a luta pela autonomia dos escravos em busca de uma vida melhor. Essa vida melhor só irá vir com suas lutas, mesmo sendo cativos, esses não se furtaram em lutar contra todo o poder dos seus senhores que exerciam sobre esses uma forte repressão e castigos físicos e todo tipo de violência física e psicológica.

Miranda (2012) diz o que se encontrou nos discursos religiosos do começo do século XVIII, foram críticas à forma que os africanos eram tratados pelos seus senhores e não uma campanha pela abolição da escravidão. Procuravam, em seus textos, melhorar a situação dos negros em cativeiro, com indicações aos senhores nas obrigações que deveriam ter com seus escravos. A mão-de-obra cativa era essencial para a economia agrícola brasileira e seria utilizada enquanto o Brasil não se adaptasse exclusivamente ao trabalho livre.

O discurso e ação dos padres e da igreja, eram limitados, pois não defendiam os escravos de forma completa e sim de forma parcial, pois a igreja também tinha interesses em relação aos escravos, pois em algumas regiões, esta era possuidora de escravos. Não fazia uma campanha para a libertação dos escravos, mas sim, somente mostravam que os senhores de engenho eram maldosos com os escravos.

Esses escravos, eram a base para a produção agrícola brasileira, pois toda a produção no campo era plantada e colhida pelos escravos, que trabalhavam diuturnamente para atender aos interesses dos senhores de engenho. Suas lutas historicamente eram em busca de um trabalho livre e que pudesse ser mais humano, pois o trabalho escravo é desumano e destrói as potencialidades desses homens e mulheres negros e negras.

Foram se organizando, resistindo até conseguir sua autonomia, mas foi com muito esforço. Lutaram contra todo tipo de imposição e repressão por parte dos senhores de engenhos e seus capangas. Suas lutas passaram a ocorrer quando começam a ação dos colonizadores para

impor a escravidão, pois era um tipo de trabalho muito pesado e violento, onde muitos escravos não suportavam tanta dor e sofrimento.

Por outro lado, ainda no século XIX passaram a existir algumas leis para a proteção dos escravos, mas isso não bastava, esses tiveram que ir a luta em busca de sua liberdade e de sua autonomia como ser humano, mas que vai ser uma tarefa tão difícil quanto era o seu cotidiano de trabalho.

Os senhores de engenho, passaram a ver o casamento entre escravos como algo favorável, pois esses passariam a ter mais possibilidades de se fixar nas terras do senhor, onde teriam que organizar sua família com filhos, diminuindo as chances desses escravos tentar uma fuga da lavoura na qual estava ligado.

Para Miranda (2012) a intenção de unir os escravos em favor do aumento da mão-de-obra cativa poderia ser explicada, provavelmente, pelo temor da eficácia da lei que proibiu o tráfico, já presente desde 1831. A preocupação com a economia agrícola brasileira, que dependia exclusivamente do trabalho escravo para se manter, não suportaria a diminuição na mão-de-obra. Por esse motivo, o agricultor buscou alternativas para o aumento da população escrava sem depender do tráfico, decorrente da reprodução entre os cativos que já estavam no Brasil.

Esses escravos casados, permaneciam sobre o controle do senhor de engenho, então, nesse caso, o casamento para ele era interessante, pois assim, esses escravos permaneciam trabalhando em suas terras, mas as leis já começam a barrar ou impedir o tráfico de escravos, pois já haviam movimentos de luta que reivindicavam esses direitos para os escravos. Esses movimentos partiam dos próprios escravos que via a necessidade de lutar em favor de sua liberdade.

A questão do tráfico vai ser um dos elementos centrais para a libertação dos escravos, pois após essa lei que proibia o tráfico de escravos, muitos senhores de engenho começam a se preocupar com a mão-de-obra que irão utilizar em suas lavouras. Desta forma, percebemos que:

A possibilidade de acabar com o tráfico de africanos em 1830 despertou a preocupação em tratar melhor o cativo e incentivar sua reprodução para conservar os africanos que restavam em cativeiro. Desta forma, a formação familiar cativa foi vista como importante apenas para que o senhor usufruísse do aumento da mão-de-obra escrava mesmo com o fim do tráfico negreiro. Na visão senhorial, a formação de famílias pelos escravos, tratados nos textos como este, foi usada como opção para evitar o problema da falta de trabalhadores nas lavouras do Brasil, já que o país não adaptava sua economia ao trabalho livre. (MIRANDA, 2012, p. 169).

Essa foi uma das preocupações dos senhores de engenho, pois a pressão para o fim do trabalho escravos nas lavouras de cana-de-açúcar era cada vez maior. A sociedade brasileira a partir da organização dos escravos, começam a se interessar e pressionar as autoridades para o fim dessa prática violenta contra os negros africanos que era o trabalho escravo.

Está claro na citação acima que com a proibição do tráfico de escravos, os senhores de engenho irão incentivar mais ainda o casamento entre escravos, pois assim, esses irão fixar moradia nas terras do senhor, isto quer dizer que o escravo irá permanecer trabalhando, mesmo com o fim do tráfico negreiro.

A Inglaterra, que era nessa época o principal país capitalista, começa a fazer pressão para o fim do tráfico de escravos, pois tanto nesse país como em alguns outros, o trabalho escravo não existia, o que existia era o trabalho “livre” e assalariado. Nos países da Europa que já havia saído da servidão, agora adotam o trabalho assalariado e querem passar para os países que até então tinham como base o trabalho de escravos, como é o caso do Brasil e da América Latina.

Era preciso não somente acabar com o tráfico de escravos, mas também pensar em outras formas de trabalho, que era o trabalho livre. Assim, a luta dos escravos, não era por um trabalho assalariado, mas a busca da saída da vida de cativo, mesmo que esses tivessem constituído família dentro das terras do senhor, esses continuavam sendo escravos, e eram violentados da pior forma possível.

É interessante notar que Miranda (2012) nos aponta que o casamento e a família escrava foram encarados como possibilidade para que não se extinguisse de vez a mão-de-obra escrava, com a diminuição do número de africanos vindos para o Brasil que o fim do tráfico causaria. Esse discurso de permanência do trabalho escravo com o incentivo à reprodução dos que já estavam aqui.

Ou seja, era a manutenção da mão-de-obra para que os senhores de engenho não ficassem sem o seu bem maior que eram os escravos, que trabalhavam até 15 horas em suas lavouras e ainda por cima não recebiam salário em troca, é por isso que a Inglaterra passa a pressionar cada vez mais pelo fim do trabalho escravo, pois era possibilidade de ter milhares de novos consumidores.

Como o tráfico de escravos agora é cada vez mais difícil, então, era preciso encontrar estratégias para manter os escravos trabalhando nas lavouras. O casamento nesse caso, vai ser uma das boas saídas encontradas pelos senhores de engenho, pois esses não queriam pagar por essa mão-de-obra

Slenes (2011) afirma que entre os escravos casados ou os escravos com família extensa, a tendência de encarar a possibilidade da alforria dessa segunda maneira pode ter sido mais comum do que entre os solteiros ou os solitários. Afinal, os laços familiares não apenas criavam maiores possibilidades para a poupança – se meu argumento até aqui for correto –, mas também potencializavam esse esforço de acumulação.

Essa é uma das possibilidades, pois os escravos, antes das leis de abolição, tinham que pagar pela sua alforria, mas para que isso acontecesse, esses tinham que acumular uma certa quantidade de dinheiro para poder pagar pela sua liberdade e autonomia, mesmo que seja um pouco estranho falar em liberdade em uma sociedade de escravos. Muitas vezes, mesmo conseguindo essa alforria, esses escravos acabavam voltando para as fazendas para trabalharem, pois não encontravam outros postos de trabalho no interior da sociedade brasileira do século XIX.

Isto que dizer que para conquistar sua liberdade, não bastava somente o casamento ou até mesmo comprar sua alforria, sua liberdade e autonomia, estavam além da simples legislação que começava a ser instituída. Para que esses pudessem conquistar sua liberdade e autonomia, mesmo que muito limitada, porque após a libertação dos escravos esses não tiveram condições de serem inseridos como trabalhadores livre, nem mesmo como cidadãos brasileiros.

Assim, os escravos e suas famílias, tem um histórico marcado por diversos conflitos pessoais e coletivos, pois desde o início foram sequestrados em sua terra natal e foram obrigados a virem para o Brasil e trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar sem salários ou qualquer outro tipo de garantia para ter uma vida minimamente digna e que fosse possível criar suas famílias em uma nova terra e desconhecida.

Slenes e Faria (1998) nos fazem alguns questionamentos sobre os estudos da família escrava no Brasil. Quais são as implicações dos novos estudos sobre a família cativa, no que diz respeito ao nosso entendimento, primeiro do “sistema escravista” e segundo, do processo de formação da cultura e da identidade escravas? Segundo esses autores, citando a obra de Florestan Fernandes argumentam que a destruição da família escrava era essencial para a manutenção do escravismo criando escravos anômicos, sem capacidade política consequente, e que os senhores podiam viver sossegados. Por outro lado, a família certamente tornava o escravo um refém de seu senhor e também de seus próprios projetos de vida.

A família e o casamento não eram para o escravo uma forma de buscar sua liberdade e autonomia, estas faziam desses um meio do senhor de engenho mantivesse esses sobre seu controle e domínio. Se quisessem sua liberdade teriam que lutar por ela, e foi isso que esses

fizeram desde que aqui chegaram para trabalhar de forma forçada, árdua e violenta, para isso não mediram esforços em busca de sua liberdade.

Segundo Slenes e Faria (1998) a partir dos anos, diversos pesquisadores, muitos por influência direta ou indireta do contato com os trabalhos de Robert Slenes, vem-se dedicando a demonstrar que a família escrava era uma forma comum de organização comunitária cativa. Não comum, mas mesmo para ter essa organização os escravos tinham que mudar seus hábitos e valores, como é o caso do casamento entre esses ter que ser realizado em uma cerimônia na igreja católica.

Portanto como bem diz Miranda (2012), o importante é considerar os benefícios trazidos pelo viver em família para os sujeitos africanos ou afro-brasileiros em condição de escravizados, considerando a constituição do núcleo familiar inclusive como prática de resistência, posto que a presença de um companheiro (a) e a importância de viverem juntos com os filhos garantia a possibilidade de transmitir sua cultura de origem na medida do possível e, nesse sentido, ajudarem no enfrentamento das angústias cotidianas do cativo.

Por fim, era importante para os escravos formarem uma família mesmo em condições adversas que esses se encontravam. Mesmo com toda opressão e exploração esses tinham a necessidade de se constituírem como famílias no interior dos espaços onde moravam, mas não foi uma tarefa fácil, esses tiveram que lutar para poder garantir historicamente alguns poucos direitos, mesmo assim, o senhor de engenho tentava se aproveitar de todas as situações, até mesmo do casamento entre escravos, pois assim, como falei em outro momento, esse tinha a garantia do trabalho escravo em sua lavoura por mais. Tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a família escrava no Brasil colonial, foi para mim uma experiência muito interessante, pois percebi nos textos como foi se constituindo a família escrava nesse período tão importante da História do Brasil. Desde o princípio do processo de colonização, temos a presença do negro escravo nas lavouras de cana-de-açúcar. Esse negro e seu trabalho, foi peça chave em todo o processo de colonização do país.

Durante todo esse período de desenvolvimento da sociedade brasileira, vimos como os negros foram sendo inseridos como trabalhadores, mas não como trabalhadores livres, mas sim como escravos, sem alma, sem cultura, sem valores, onde o mais importante para o colonizador, era ampliar ao máximo as formas de exploração e manter esses negros e negras trabalhando em suas lavouras.

Sua história, perpassa muitas lutas, sofrimentos e outras formas de violência na qual sofreram como trabalhadores escravos, que como foi estudado nessa pesquisa, esses não tinham salário ou sequer qualquer direito. Eram simples produtos vendidos em mercados para qualquer um que tivesse condições de pagar pelo produto. Fato muito constrangedor para um humano, ser vendido como um produto que é vendido em qualquer mercado.

Por essas condições e de todas as formas de imposição que eram praticadas contra os escravos africanos, esses tiveram dificuldades em formar uma identidade, uma cultura e uma família, isso porque todas as suas ações eram reprimidas. Quando falamos do casamento e da formação de uma família de escravos, em alguns momentos esses até tiveram condições e facilidades para formar suas famílias, mas porque os senhores de engenho perceberam que era mais fácil assim, manter esses escravos cativos em suas fazendas e ao mesmo tempo trabalhando e com poucas condições de fugir de sua lavoura, pois o mesmo já havia constituído família.

Esses casamentos eram realizados na cultura do colonizador e não na cultura do negro africano escravo, por isso dizemos que ele teve dificuldade em manter ou formar outros valores relacionados a sua cultura, a sua identidade. Suas lutas se deram em torno da busca pela liberdade e autonomia, para tanto tiveram que se organizar para poder ter liberdade, mas com muito esforço conseguiram.

Após o processo de libertação, os negros não conseguiram se inserir na sociedade brasileira, pois a discriminação e o preconceito passam a existir de forma, mas clara. Muitos dos ex-escravos e suas famílias não encontram trabalho ou sequer condições para poder viver dignamente. Por isso, muitos deles acabam voltando para as fazendas de onde vieram para poder

continuar trabalhando, agora não como escravos, mas em uma chamada dita relações de trabalho livre.

Portanto, estudar a família escrava no Brasil, nos possibilitou perceber uma história de conflitos, problemas e contradições na qual essas famílias enfrentaram, primeiro por serem escravos e depois pela forma que o colonizador se relacionava com os mesmos. Esses puderam formar suas famílias, mas não da forma que queriam, pois viviam sob constante ameaças, formas de opressão e todo tipo de violência e castigos físicos que pudessem existir. Mesmo assim, esses resistem e conseguem se libertar dessas práticas violentas por parte do colonizador português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. São Paulo, Caderno de Pesquisa, 1981.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Record, 1987.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

MAESTRI Mário. **O Escravismo no Brasil**. São Paulo: Atual, 1994.

MATTOSO, Kátia. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MIRANDA, Amanda Rodrigues. **Família escrava no Brasil: um debate historiográfico**. Temporalidades – Revista discente do programa de Pós-Graduação em História da UFMG vol. 04, n. 02, Ago/dez 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.

ESLENES, Robert. FARIA, Sheila de Castro. **Família escrava e trabalho**. Revista Tempo, vol. 03, n. 06 dez de 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família negra no Brasil**. São Paulo, Revista de História, 1989.